

Tema: "A VERDADEIRA HISTÓRIA DO BRASIL SÃO OUTROS 500".

Concepção Gráfica: Baseado no tema dos 500 anos de descobrimento do Brasil, foi utilizado como fundo a máscara símbolo do CCN, para ilustrar as mentiras que suportamos, para conquistar uma só verdade, sem perdermos a identidade nós mesmos.



O cocar no alto da máscara, representa a luta indígena, traçando um paralelo entre as classes menos favorecidas.

O motivo indígena no centro, representa a verdadeira união entre as raças, trançados, coloridos, sem côr, negros... com alma!

A máscara sobressai-se como se estivesse gravada em pedra, para demonstrar que nossa verdadeira história de 500 anos foi escrita a "duras penas".

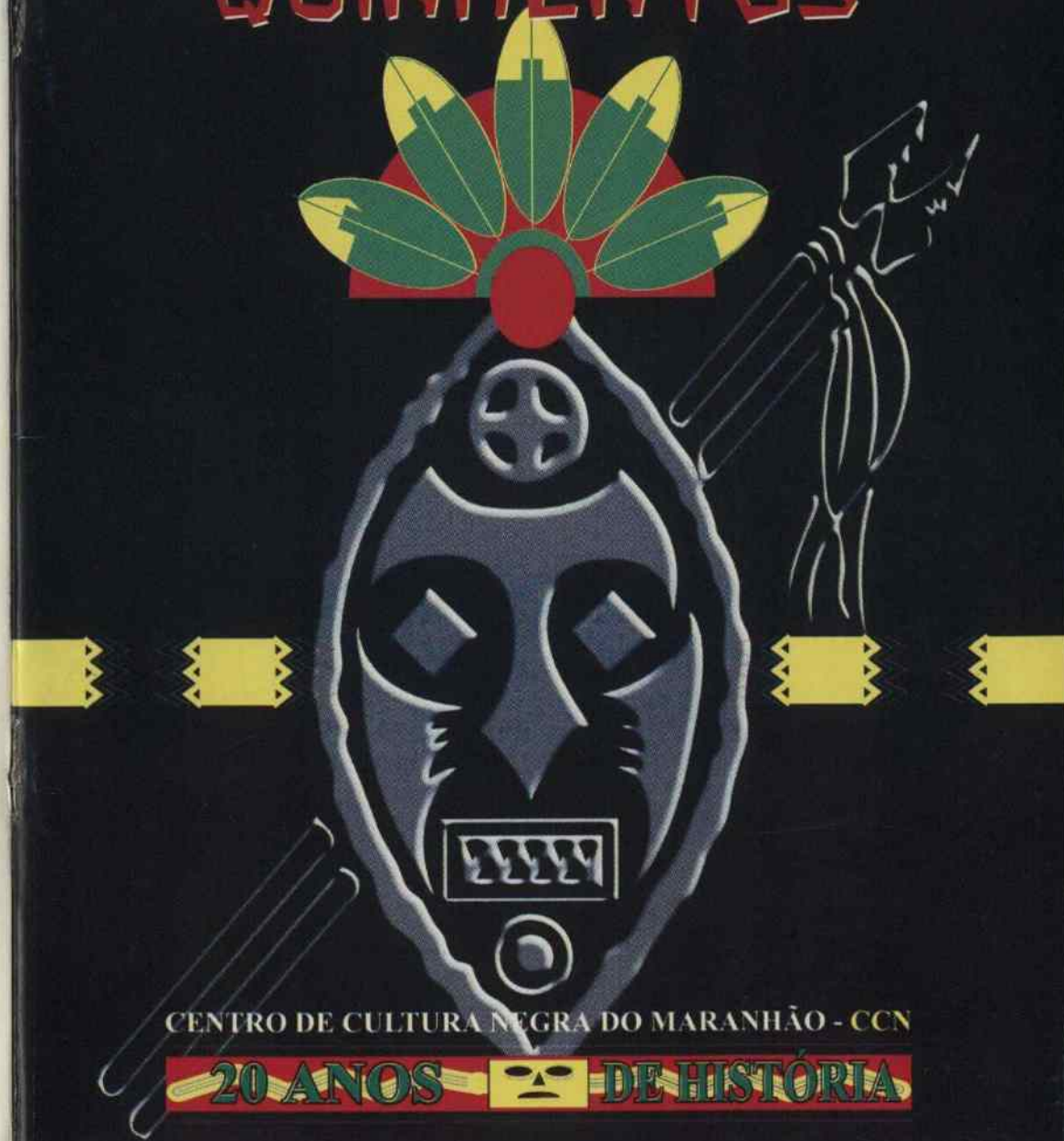
Enfim...

Foi feito uma arte com amor, colorida, marcante, sofisticada, indígena, tecnológica, feminina... mas, se você prestar bastante atenção, e olhar com os olhos do coração, verá que no fundo, no fundo... ELA É SIMPLEMENTE... NEGRA!

Arte e Concepção Gráfica: CAOCA



A VERDADEIRA HISTÓRIA DO BRASIL SÃO OUTROS QUINHENTOS



CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO - CCN

20 ANOS DE HISTÓRIA

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO



**A VERDADEIRA HISTÓRIA
DO BRASIL SÃO OUTROS
QUINHENTOS**



São Luís
1999

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a todos os fundadores do Centro de Cultura Negra do Maranhão, e, em especial, à companheira Maria Raymunda Araújo* - mentora e coordenadora da execução de diversas Semanas do Negro no Maranhão.



**I Semana do Negro
no Maranhão**



**II Semana do Negro
no Maranhão**

* Mundinha Araújo é pesquisadora da História do Negro no Maranhão. São de sua autoria as publicações: *Movimento Negro nos anos 80*, publicado em 1982 pelo CCN, *Insurreição de escravos em Viana - 1867*, publicado em 1994 pelo SIOGE, *Breve memória das comunidades de Alcântara*, publicado em 1990 pelo SIOGE. Também organizou o livro *A invasão do quilombo Limoeiro*, publicado em 1992 em conjunto pelo SIOGE e pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão.

APRESENTAÇÃO

Ainda que fosse nossa pretensão, seria impossível sistematizar a HISTÓRIA DO BRASIL em uma cartilha. A bem da verdade nossa intenção é outra, até porque a nossa verdadeira História são outros QUINHENTOS.

Queremos sim, questionar, provocar reflexões, e, acima de tudo, contestar veementemente as comemorações dos 500 anos do Brasil encenadas principalmente por manipulações da Rede Globo, com a colaboração do Governo FHC, que nesta questão demonstra descarada e cinicamente seu caráter entreguista e subserviente, pois, ao contrário das demais nações latino-americanas que contestaram e não comemoram os 500 anos de “descobrimento” da América em 1992, o governo brasileiro insiste em transformar em pompas a enganosa falácia do “descobrimento” do Brasil, gastando consideráveis recursos de um país humilhado aos pés do FMI, e, conseqüentemente, atolado em recessão, desemprego e desmonte dos serviços públicos como saúde, educação e segurança.

O que está por trás de toda essa festa apoteótica, comandada pela Globo e pelo Planalto Central, são vários interesses mesquinhos, entre os quais o de reforçar a hegemonia e a supremacia da raça branca como descobridora, heroína, soberana e poderosa. Colocando assim a História do Brasil sob o ponto de vista das classes dominantes de hoje - herdeiras dos invasores, colonizadores, opressores, que durante cinco séculos, no poder, dizimaram a ferro e fogo milhões e milhões de seres humanos de origem indígena e africana, num dos maiores holocaustos que se tem notícia na História da Humanidade.

Enfim, para nós do Centro de Cultura Negra do Maranhão, comemorar o “descobrimento” é uma acintosa falta de respeito aos legítimos donos desta terra e aos que construíram com sangue e suor esta nação: índios, negros e brancos empobrecidos.

Almejamos que esses 500 anos prenciem o fim de uma festança secular daqueles que se imaginam os eternos “donos” do Brasil e “senhores absolutos” dos brasileiros.

Tudo depende da nossa capacidade de acreditarmos em nós mesmos.

E que Tupã-Olorum ilumine nosso caminhar ...

Axé!

CCN - 20 anos de história.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
A DESMISTIFICAÇÃO DO DESCOBRIMENTO	10
A QUESTÃO INDÍGENA: UMA VISÃO SOB OUTRO ÂNGULO	13
ENFOQUE GERAL DAS SOCIEDADES INDÍGENAS DA AMÉRICA ANTES DA INVASÃO EUROPÉIA	13
SOCIEDADES INDÍGENAS NO TERRITÓRIO OCUPADO PELO BRASIL	15
POVO AFRO-BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA MUITO ANTIGA	20
DE ONDE VIERAM (PARA O BRASIL) OS NEGROS ESCRAVOS?	20
A SUBSTITUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVIZADA INDÍGENA PELA MÃO-DE-OBRA ESCRAVIZADA DO AFRICANO	20
COMO É CONSTRUÍDA A IDEOLOGIA RACISTA DA INFERIORIDADE DO NEGRO AFRICANO	21
O conceito de racismo	21
O papel da Igreja	21
Como contestar o racismo anti-africano	22
UMA VISÃO PANORÂMICA DA ÁFRICA ANTES DA INVASÃO EUROPÉIA	22
Os sistemas de escrita	22
A organização política	23
O desenvolvimento tecnológico	23

A Medicina	23
A Astronomia	24
A Metalurgia	24
A Engenharia e a Matemática	25
Como apagaram as conquistas dos povos africanos	25
COMO SE DEU O TRÁFICO NEGREIRO	26
A LUTA E RESISTÊNCIA DOS AFRICANOS E AFRO-DESCENDENTES NO BRASIL	27
O que era comum entre os africanos trazidos para o Brasil	27
Perseguição à cultura e às religiões de origem africana	28
A rebeldia negra: assassinatos, fugas, insurreições e quilombos	29
A saga dos afro-brasileiros X racismo	30
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	33

INTRODUÇÃO

Esta cartilha tem como principal objetivo possibilitar a disseminação de informações a respeito da história do povo negro, história essa negada pela corrente principal do conhecimento produzido neste país e a que o próprio povo negro não tem acesso, assim como também discutir e apresentar alternativas a essa corrente que amarra a história deste país à história de suas elites, recuperando também informações sobre a população indígena, contestando assim as comemorações do ato fundador da ideologia da descoberta do Brasil.

A essa história praticamente desconhecida só é possível se ter acesso através de autores pouco divulgados. Isso demonstra o alto grau de comprometimento da história oficial com mecanismos de poder que buscam perpetuar ideologias de inferioridade do negro, como forma de manter uma reserva de certos nichos do mercado de trabalho cujo acesso aos afro-brasileiros é extremamente dificultado.

Com a disseminação dessas informações, conhecidas por estudiosos ligados ao Movimento Negro, espera-se estar mostrando a importância do conhecimento de visões sobre a nossa história, que reforcem a auto-estima dos afro-brasileiros, mostrando que tanto o povo negro como os povos indígenas massacrados pela colonização têm histórias mais dignas de serem lembradas, porquanto não foram os artífices dos etnocídios provocados com a colonização, mas, sim, foram os heróis que resistiram à guerra de extermínio e à escravidão. E essa resistência é que deve ser glorificada e se tornar a base da construção de um país democrático.

Portanto, nesse momento em que setores da sociedade nacional, desejando reforçar a justificção ideológica do seu poderio econômico e político, buscam comemorar o evento fundante que marca sua presença neste país com pompa e circunstância, nós, que não compartilhamos dessa perspectiva ou não temos motivos para comemoração, utilizamos o momento para discutir as relações que são estabelecidas neste país, a história que compartilhamos e qual de suas partes deve ser resgatada como momentos heróicos que conformem um pano de fundo com que se pense o futuro deste país.

A DESMISTIFICAÇÃO DO DESCOBRIMENTO

Em artigo publicado no jornal A Tarde, de Salvador, em 1-4-97, a antropóloga Celene Fonseca¹ discute as comemorações do chamado “Descobrimento do Brasil”. Começa por propor a redefinição do marco de referência da história deste país. Considera que pode parecer audacioso e pretensioso querer contestar em um pequeno artigo uma tese tão arraigada no pensamento social, diríamos oficial, do Brasil. No entanto, propõe, a enormidade do equívoco nos indica que sua correção deve ser tentada no terreno político e informacional.

Para começar, a antropóloga argumenta que o evento fundador da história escrita do Brasil está mal definido. Diz que considerando-o sob diversos ângulos veremos que *mesmo do ponto de vista europeu não houve descoberta*, ou melhor o descobrimento não pode ter sido português. Isto porque Colombo precedeu os portugueses não somente ao chegar nas Antilhas em 1492, como também quando chegou ao continente em 1498. Argumenta a antropóloga que temos aí um fato irrefutável: como se trata de territórios contíguos, qualquer chegada posterior de europeus ao longo da costa desse continente está, evidentemente, subordinada à dos espanhóis, pois se assim fosse teríamos uma infinidade de “descobertas” européias.

A partir disso argumenta que a chegada de europeus no Brasil não pode estar desvinculada da chegada de europeus na América, e que, portanto, não houve descobrimento especificamente português.

Considera que o rei de Portugal sabia da existência destas terras, visto o Tratado de Tordesilhas e a vinda dos espanhóis Vicente Pinzón e Diego de Lepe a Pernambuco, antes de Cabral.

Continua em sua argumentação relativa às descobertas questionando também a descoberta da América, pois, diz, já se sabe que os vikings precederam os espanhóis, na América do Norte, por volta do ano 1000.

¹ Fonseca, Celene. O descobrimento que não houve. In: A TARDE. Salvador. 01-04-97. p. 06.

Uma informação a que Celene Araújo não teve acesso, foi a da chegada anterior dos africanos a este continente. O historiador guianense Van Sertima, conforme Elisa Larkin Nascimento², levanta vários indícios da presença de africanos que influenciaram em tempos muito remotos a grande civilização Maia, que dominava o sul do México e a América Central há muitos séculos antes da chegada dos espanhóis. Esses africanos teriam viajado seguindo correntes marítimas, hoje bem conhecidas pelo mundo ocidental, que levam diretamente do Golfo da Guiné ao Golfo do México, em barcos construídos segundo técnicas ainda hoje empregadas em grandes lagos africanos, os quais teriam perfeitas condições de chegarem às Américas, inclusive porque africanos da costa oriental exportavam ouro e elefantes para a China em barcos em períodos bastante remotos. Então, do ponto de vista da descoberta por povos de fora do continente, a primazia teria sido africana.

Mesmo essa “descoberta” seria questionável, porque por uma visão mais abrangente e radical, segundo Celene Fonseca, do ponto de vista da história humana, a descoberta teria sido asiática. A argumentação da antropóloga aponta para o fato de que os modernos conhecimentos científicos apontam não só para a unidade global da humanidade, mas também para que os antepassados dos índios vieram da Ásia e, segundo as teorias mais aceitas, passaram à América há 30 ou 40 mil anos, pelo estreito de Bering. Seriam, então os índios os verdadeiros descobridores do continente.

Outra argumentação que Celene Fonseca não levou em consideração é a do professor Walter Neves, da USP (Universidade de São Paulo), o qual sustenta que um crânio feminino encontrado por ele em Lagoa Santa, Minas Gerais, descende diretamente de uma leva de imigrantes que teria saído da África há 120 mil anos³.

De todo modo, percebe-se que a atual definição do acontecimento de 1500 carece de sustentação empírica. Como o Brasil não tem 500 anos, é preferível falar em chegada dos portugueses, que foi seguida da conquista. Da mesma forma como os seus antepassados foram conquistados e submetidos pelos romanos, perdendo sua língua e sua cultura original e nem por isso deixando de se considerarem lusitanos, conforme apontou a mesma Celene Fonseca⁴ em outro artigo.

Celene Fonseca pergunta: por que persistir no deliberado engano da descoberta de 1500? Ela mesma responde: a perpetuação do equívoco atesta a existência de beneficiários do sistema de exclusão implantado no Brasil, porque a formulação simbólica do evento

² Nascimento, Elisa Larkin. As civilizações africanas no mundo antigo. In: THOTH: ESCRIBA DOS DEUSES. Informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. n. 3. Brasília, Gabinete do Senador Abdias Nascimento. 1997. p. 241.

³ Cf. Bencini, Roberta & Alencar, Marcelo. A saga dos velhos brasileiros. In: NOVA ESCOLA. ano XIV, nº 121. São Paulo, Fundação Victor Civita, abr/99.

⁴ Fonseca, Celene. Nós não falamos a língua dos lusitanos. In: A TARDE. Salvador. 20-11-97. p. 08.

basilar da história escrita deste país não é inocente e nem é um detalhe! Exclama a articulista. Argumenta que essa formulação simbólica está diretamente ligada ao racismo, visando uma insidiosa desumanização e desqualificação daqueles que não reivindicarem essa origem.

A partir dessa argumentação se pode desconfiar de elaborações ideológicas que, embrulhadas no discurso científico, passam, por isso mesmo, a funcionar como verdades. É por isso que a História do Brasil ensinada nas escolas começa com um descobrimento que não houve. É por isso que, conforme Celene Fonseca, ao contrário de outros países americanos, que não permitiram que se festejasse Colombo sobre o seu território – a grande festa aconteceu em Sevilha, Espanha –, o governo brasileiro pretende implantar um projeto arcaico, de fatura colonial, que homenageia os conquistadores.

À História do Brasil que começa com um descobrimento que não houve, e o ato de festejar o acontecimento da chegada dos portugueses e do início da conquista, é um reforço aos privilégios que aqueles que reivindicam serem descendentes desses mesmos conquistadores, sempre tiveram neste país. Aproveitemos o momento para rememorar a nossa história, a história daqueles que não descendem de conquistadores, escravistas e etnocidas.

Um país em que sua população se vê empurrada a se orgulhar de seus conquistadores, daqueles que os escravizaram e exterminaram a maioria de seus antepassados, não tem como construir um futuro digno.

Se, ao contrário, resgatamos a nossa história a partir da resistência à conquista, a partir dos heróis que lutaram contra a escravidão, contra a invasão de suas terras, podemos recuperar uma história da qual nos orgulhemos. Os próprios portugueses fizeram isso. Eles não têm entre seus heróis, romanos que conquistaram seus antepassados (os lusitanos)⁵, e dos quais tiveram que absorver a cultura e a língua, pois o português é uma língua derivada do latim. Os seus heróis são os lusitanos que resistiram, apesar da derrota, da perda da língua e da cultura original, das invasões sucessivas e da miscigenação a que foram submetidos.

⁵ Cf. o artigo de Celene Fonseca, citado anteriormente.

A QUESTÃO INDÍGENA: UMA VISÃO SOB OUTRO ÂNGULO

ENFOQUE GERAL DAS SOCIEDADES INDÍGENAS DA AMÉRICA ANTES DA INVASÃO EUROPEIA

A revista Nova Escola, edição de abril de 1999, prefere argumentar sobre a história dos povos chamados indígenas no Brasil, a partir de uma data mais conservadora que a apresentada anteriormente, baseada em artigo da antropóloga Celene Fonseca. Essa revista considera que não se sabe a data exata, mas os povos vindos da Ásia devem ter chegado às Américas pelo Estreito de Bering, no Norte da América do Norte, há 27.500 anos.

Segundo a mesma revista, o povoamento do mundo iniciou-se na África, alcançou a Ásia, de onde se espalhou para a Europa, a Oceania e, enfim, para a América. É possível, no entanto, que a chegada à América tenha se dado por múltiplos caminhos e em épocas variadas. Um fóssil humano de 9.300 anos, encontrado no Noroeste dos Estados Unidos, apresenta traços anatômicos polinésios. Mas a teoria mais aceita é que os povos aqui encontrados pelos europeus descendem daqueles que entraram no continente americano pelo Norte e se distribuíram por todo o continente.

Dessa progressão contínua em busca de lugares onde pudessem se estabelecer com mais facilidade é que surgiram os diversos povos que dominaram o continente americano de norte a sul.

Sociedades de pequena escala, como ainda hoje podem ser encontradas em quase todas as regiões desse continente, formavam a grande maioria desses povos. No entanto, sociedades de grande escala, impérios de grande extensão, também foram se constituindo. As chamadas sociedades indígenas atuais localizadas nas Américas do Norte, do Sul e Central descendem tanto das sociedades de grande escala quanto de sociedades de pequena escala já existentes à época dos primeiros contatos com os europeus.

Os primeiros povoadores do continente americano se distribuíram tanto pelas terras frias do norte do atual Canadá como pelas florestas equatoriais da América do Sul,

sendo que o mais antigo povoamento encontrado na América por arqueólogos, data de 12.500 anos atrás e está localizado no Chile, provando a antiguidade dessa ocupação humana de norte a sul do continente americano.

No entanto, as sociedades de grande escala não se desenvolveram nem no extremo norte nem no extremo sul. Segundo o antropólogo Miguel Bartolomé⁶, tudo indica que no período pré-colonial no México, os purépechas tinham uma formação estatal unitária, liderada por um monarca que reivindicava uma origem divina, outorgava terras às comunidades, às quais designava integrantes da família real para governá-las. Diz ainda que o Estado multiétnico de Oaxaca, cujos territórios eram também localizados no atual México, seguiam a mesma tendência à configuração de unidades políticas estratificadas, cujos centro eram constituídos por cidades de mil a três mil habitantes, que controlavam populações de tamanho variável dispersas por um grande território.

Esse modelo de identidades comunitárias, integrando unidades políticas mais abrangentes, gerou um caso especial de alianças entre cidades-estados, que foi chamado de Império Asteca.

Sob esses diversos modelos que foram se sucedendo ao longo do período pré-colonial, grandes cidades, muito maiores que as da Europa no mesmo período, foram construídas. Essas metrópoles que lograram constituir formações estatais expansivas por meio de alianças, em muitos casos, incluíam comunidades pertencentes a grupos etnolinguísticos distintos⁷. Complexos sistemas de escrita e numeração foram desenvolvidos. Apesar disso foram derrotados pela força das armas dos espanhóis. À conquista militar se somaram a fuga para locais impróprios, pragas e epidemias que, conjugadas, produziram um dos mais devastadores processos de despopulação já registrados da história humana⁸. Suas cidades - ocupadas pelos invasores - constituíram a base das atuais metrópoles mexicanas⁹.

Os maias, que habitavam as florestas tropicais da Guatemala, de Honduras e da península de Yucatán no sul do México, também construíram grandes cidades e monumentos, como as pirâmides, desenvolveram técnicas de irrigação e já praticavam a agricultura há 400 anos antes de Cristo. A família real, os governantes, os sacerdotes e os cobradores de impostos habitavam a zona urbana. Os agricultores se distribuíam pela zona rural dominada por cada cidade.

⁶ Bartolomé, Miguel A. La identidad residencial en Mesoamérica. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 91. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1993. p. 171.

⁷ op. cit. p. 171.

⁸ op. cit. p. 174.

⁹ op. cit. p. 177.

O Império Inca desenvolveu-se ao longo da Cordilheira dos Andes, onde hoje ficam o Equador, o Peru, a Bolívia e o norte do Chile e da Argentina. As estradas tornavam possível o acesso às remotas regiões do Império. Apesar dos contrastes entre a riqueza da elite e a vida simples da maioria da população, o Estado Inca tinha grande preocupação com o bem-estar da população. Velhos, doentes e órfãos eram cuidados e alimentados. O imperador (chamado Inca) era adorado como um deus e recebia tributos em forma de serviço militar e de trabalho em obras públicas ou na agricultura. O apogeu do Império Inca se deu no início do Século XVI, poucos anos antes da ocupação espanhola.

Fontes arqueológicas indicam algum contato de sociedades indígenas da Amazônia brasileira com o Império Inca.

SOCIEDADES INDÍGENAS NO TERRITÓRIO OCUPADO PELO BRASIL

A arqueóloga americana Anna Roosevelt (segundo a revista Nova Escola, edição de abril de 1999) anunciou em 1995 a descoberta de sítios arqueológicos que provariam ter existido uma grande civilização em Monte Alegre, no Pará, há 11.200 anos. O local teria sediado uma metrópole com 300.000 habitantes.

A revista Super Interessante, edição de abril de 1999, divulga pesquisas que indicam que as sociedades amazônicas do passado pré-colonial comerciavam a grandes distâncias e construíram aldeias que se estendiam por quilômetros e que a Amazônia, à época de sua descoberta pelos europeus, no meio do século XVI, pode ter chegado a reunir 7 milhões de habitantes, o equivalente à população atual dos Estados do Pará e do Amazonas¹⁰.

Ainda segundo as pesquisas divulgadas pela mesma revista, duas sociedades teriam se sobressaído: a marajó, na Ilha de Marajó, e a tapajó, na região da atual cidade de Santarém. Porém quase nada teria sobrado desses povos, que começaram a se desenvolver mais de 1.000 anos antes da chegada de Cabral. A destruição efetuada pelos conquistadores e a umidade amazônica apagaram quase todos os vestígios de suas existências. No entanto, suas cerâmicas decoradas, leves e resistentes, ataçaram a cobiça de colecionadores do mundo inteiro. Essas peças são praticamente os únicos vestígios que restam daquele povo.

Ainda em 1662, o explorador português Maurício Heriarte descreveu uma aldeia na foz do Rio Tapajós, perto da atual cidade de Santarém, no Pará, como a maior povoação que encontrara. Ainda segundo a mesma revista algumas aldeias eram tão numerosas que seus chefes mobilizavam até 60.000 homens para uma batalha.

¹⁰Angelo, Cláudio. Eldorado de barro. In: SUPERINTERESSANTE ESPECIAL. n. 8. São Paulo, Abril. abr/99. p. 32 ss.

Os marajoaras, segundo a revista, construíram suas aldeias em uma área de 20.000 quilômetros quadrados da Ilha de Marajó. A arqueóloga americana Anna Roosevelt, de acordo com a mesma fonte, a maior especialista mundial em pré-história amazônica, inclui entre as grandes civilizações do mundo antigo os marajoaras, que habitavam a Ilha de Marajó entre os anos 400 e 1.300. Algumas aldeias chegavam a 10.000 moradores - verdadeiras cidades, tão grandes quanto muitas das que há hoje na Amazônia. Não construíram pirâmides, como os maias do México e da América Central, mas suas proezas de engenharia permitiram construir aterros enormes, sobre os quais as aldeias eram erguidas. Quando os portugueses chegaram a Ilha de Marajó era habitada por índios aruaques. A sociedade que produziu a grande cerâmica marajoara havia desaparecido desde 1.300.

Antes da invasão portuguesa, o resto do território dominado hoje pelo Brasil era ocupado por sociedades de menor escala. Mesmo assim as estimativas a respeito da população indígena sobre esse território pode chegar a alguns milhões. Segundo a revista Nova Escola, edição de abril de 1999, o pesquisador Denevan afirmou que só no Brasil Central, na Amazônia e na costa nordeste viviam 6,8 milhões de pessoas. Outra estimativa citada pela Revista Super Interessante, edição de abril de 1999, dá conta de que os povos que viviam no território hoje de domínio do Brasil somavam por volta de 8,5 milhões de indivíduos, mais do que oito vezes a população de Portugal na época. Historiadores avaliam que os índios americanos podem ter sido reduzidos em 96% de sua população por causa das doenças ou como resultado dos conflitos com os europeus.

Hoje estima-se em 300.000 o número de indivíduos nas 206 nações indígenas atualmente existentes no território abrangido pelo Brasil. Essas 206 nações falam cerca de 170 línguas nativas. Segundo a FUNAI, há 56 grupos que nunca tiveram contato com não-índios e permanecem isolados. Muitos já incorporaram em seu cotidiano bens e produtos industrializados e nem por isso deixam de lado sua identidade¹¹. Existe portanto uma grande variedade por traz da categoria "índio" criada pelo colonizador para denominar os povos aqui encontrados.

Um dos maiores grupos indígenas está no Maranhão. Trata-se dos guajajara, cujas terras localizam-se principalmente nos municípios de Barra do Corda e Grajaú. Sua população está estimada em 12.000 pessoas. A denominação dos grupos indígenas pode variar, pois populações que antropólogos e estudiosos em geral chamam pela mesma denominação, às vezes estão bastante distanciadas, não tendo a identidade que a primeira vista poderia dar a impressão pela denominação comum. Mas, de qualquer maneira, os principais grupos indígenas do Maranhão, conforme a publicação *Povos Indígenas no Brasil*, do CEDI, são, além dos guajajara, os canela, os gavião, os guajá, os krikati e os urubu-kaapor¹².

¹¹ NOVA ESCOLA; a revista do ensino fundamental. São Paulo. Fundação Victor Civita. abr/99. p. 18.

¹² ACONTECEU ESPECIAL. n. 17 (Povos indígenas no Brasil - 85-86). São Paulo. CEDI. 1986. p. 235-6.

Reproduzimos a seguir a conclusão a que chegou o Conselho Indigenista Missionário, na publicação *A violência contra os povos indígenas no Brasil - 1994-1995*:

"Lamentavelmente a conclusão a que se chega não é nada confortante. Apesar de incompletos, os dados mostram que a omissão do poder público na proteção das terras indígenas e a falta de uma política assistencial adequada têm levado grande parte da população indígena no Brasil a viver faminta, doente, alcoolizada, prostituída, num processo de deteriorização que em alguns casos chega às raias da autodestruição, seja por suicídio ou conflitos internos. Mostram ainda que as iniciativas legítimas de pressão do movimento indígena pelo respeito aos direitos constitucionais são tratadas tanto por agentes do próprio poder público quanto por particulares, como "casos de polícia", onde não são economizados atos de terror que vão de ameaças de morte, espancamentos, torturas a ofensas morais, entre outras.

*Um dos principais fermentos desta situação, como sempre, é a impunidade. Junto a ela, estão pressões permanentes de determinados setores econômicos pela manutenção e/ou avanço do seu esbulho na posse das terras indígenas, bem como, de forma cada vez mais intensa, pelo saque dos seus recursos naturais."*¹³

Continuam mais à frente:

*"Contudo, o importante é que apesar das violências que lhes são impingidas os povos indígenas não se intimidam, e a cada dia dão mostras de resistência, combatividade e esperança, seja fortalecendo suas organizações tradicionais e/ou criando novas formas organizativas, num processo crescente de conquista da autonomia."*¹⁴

¹³ Conselho Indigenista Missionário. *A violência contra os povos indígenas no Brasil. 1994-1995*. Brasília. CIMI. 1996. p. 103.

¹⁴ Op. cit. p. 103

Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal Articulador dos Direitos Indígenas na Organização das Nações Unidas e fundador da União das Nações Indígenas, declarou em 1994, em resposta ao cientista político, ex-ministro da Ciência e Tecnologia, militante do PSDB e um dos principais conselheiros de Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe (que disse que no século XXI não vai haver índio), que é preciso congelar essas idéias colonizadoras e genocidas, pois como membro de uma comunidade indígena que sabe ler e escrever e que continua índio, sabe que se hoje são eles (os índios) atacados, amanhã, quem sabe, poderão ser os negros, os favelados, menores abandonados e outras minorias¹⁵.

Segundo a antropóloga Alcida Ramos¹⁶,

“em 1986, no mesmo ano em que veio a público o Projeto Calha Norte, a Força Aérea ampliou uma minúscula pista de pouso no coração das terras Yanomami, num local conhecido como Paapiú, em plena floresta, no Estado de Roraima (...). Como os militares não tinham qualquer plano de construir uma base naquele local, assim que completaram o trabalho, foram embora, deixando para trás os escombros da casa comunal Yanomami e um mal aparelhado posto da FUNAI. Poucos meses depois, a pista era invadida por centenas de garimpeiros em busca de ouro. Em dois anos o número de invasores havia aumentado para quase 50 mil, quase oito vezes a população Yanomami do Estado de Roraima. De Paapiú irradiaram-se para virtualmente todo o território Yanomami no Brasil, atravessaram a fronteira e foram explorar ouro também na Venezuela.

Enquanto os garimpeiros provocavam um colapso na subsistência dos índios e introduziram devastadoras epidemias de malária - doença até então praticamente ausente na região de Paapiú - médicos, missionários católicos e antropólogos que trabalhavam com os Yanomami eram expulsos da área. Durante dois anos nada se pôde saber do que acontecia lá dentro.(...)

Alguns jornalistas conseguiram infiltrar-se na área e trouxeram de volta imagens em fotos e vídeos de desnutrição agu-

¹⁵ Terena, Marcos. *O cientista e a limpeza étnica*. In: FOLHA DE SÃO PAULO. 31-8-94.

¹⁶ Ramos, Alcida R. *O papel político das epidemias: o caso Yanomami*. Série Antropologia. n. 153. Brasília, UnB. 1993. p. 07.

da: homens, mulheres e crianças esqueléticos (...), cadáveres de Yanomami abandonados pelo mato, arrogantes garimpeiros distribuindo remédios e enlatados aos índios enquanto zombavam deles, comparando-os a macacos.

Em julho de 1989, depois de uma torrente de más notícias vindas da área com relação ao estado de saúde dos Yanomami e aos estragos ambientais causados pelo garimpo, uma comitiva da Ação pela Cidadania - grupo constituído de parlamentares, membros da Igreja, representantes de associações científicas e Organizações Não-Governamentais - foi a Roraima obter informações em primeira mão.

'Isto é um Vietnã!', exclamou um dos parlamentares ante a visão apocalíptica de aviões e helicópteros em constante movimento que saturavam a pista do Paapiú com um ruído infernal e sem trégua. Aí, a longa faixa de lama de quase um quilômetro, continuamente sulcada por aviões de diversos tamanhos, palmilhada por constantes ondas de peões, empresários, comerciantes, prostitutas e Yanomami de ambos os sexos e de todas as idades, servia de palco para um dos capítulos mais trágicos da curta história do contato dos Yanomami com o mundo de fora: Suas plantações foram transformadas em grandes crateras abertas com jatos d'água, suas vias de comunicação na mata foram cortadas por outras tantas crateras, fazendo com que várias comunidades ficassem isoladas umas das outras. Os animais de caça fugiram do ruído ensurdecedor dos aviões e maquinário, os peixes morreram pela poluição dos rios.

Se Paapiú é a epítome do desastre que desabou sobre os Yanomami (...), os barracos devastados do posto da Funai eram o símbolo concreto da convivência oficial com esse desastre."

Aqui podemos ver como o ataque aos povos indígenas continua até os dias de hoje. Aqueles que dominam o estado brasileiro ainda se veem como continuadores da obra destruidora dos invasores europeus. Por isso se sentem a vontade para comemorar a chegada dos portugueses a estas terras.

POVO AFRO-BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA MUITO ANTIGA¹⁷

DE ONDE VIERAM (PARA O BRASIL) OS NEGROS ESCRAVOS?

Essa pergunta já vem carregada de “informações” propositadamente negativas e falsas em relação aos antecedentes do povo afro-brasileiro. Primeiro porque não viemos, e, sim fomos trazidos da África. Segundo, não éramos “negros escravos”, éramos africanos que, chegando aqui no Brasil, passamos à condição de escravizados.

O questionamento acima, como é geralmente feito nas escolas, leva-nos a pensar que os negros – por destino traçado – sempre foram escravos, e mais, que – por vontade própria – decidiram vir ao Brasil “velejando” para substituir a mão-de-obra escravizada dos índios.

A SUBSTITUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVIZADA INDÍGENA PELA MÃO-DE-OBRA ESCRAVIZADA DO AFRICANO

Nos fins do século XV inicia-se o que pode ser considerado como tráfico negreiro. As primeiras expedições se fazem na Ilha da Madeira e Porto Santo. Posteriormente os africanos são levados também para Açores e Cabo Verde. Somente no século XVI são trazidos para o Brasil.

Com o apoio de quase todos os governos da Europa, dá-se início a uma forma de mercado que gera imensa margem de lucro - a compra de africanos nas costas da África, o seu transporte e sua venda como mercadoria. Vários países se empenham então nessa atividade e muitas rivalidades surgem na competição entre a França, a Inglaterra, a Holanda e Portugal.

¹⁷ A partir desta segunda parte transcrevemos partes da publicação *Thoth - pensamento dos povos africanos e afrodescendentes*, editado em seis volumes pelo Gabinete do Senador Abdias Nascimento no ano de 1997, que, diga-se de passagem, é uma obra fundamental, rara e ousada - típica do guerreiro militante que é o mestre Abdias Nascimento. Destacamos com ênfase a riqueza e a importância das informações transcritas do artigo “Sankofa: Resgatando a Cultura Afro-Brasileira” (*Thoth* v. 1), de Elisa Larkin Nascimento, que mais adiante apresentamos sob o título “Visão Panorâmica da África antes da Invasão Européia”. Nossa pretensão é de divulgar as informações constantes da referida publicação de distribuição restrita.

É falso, portanto, quando dizem que os colonizadores portugueses preferiram o africano porque o índio era fraco e não se adaptou à escravidão. Nem índio, nem negro, nem povos europeus – que também passaram por períodos escravistas – se adaptaram ou se adaptarão à escravidão. O que determina a substituição da mão-de-obra indígena pela do africano é toda uma cadeia de lucros, fruto do tráfico, que vai viabilizar na Europa o início do capitalismo industrial.

COMO É CONSTRUÍDA A IDEOLOGIA RACISTA DA INFERIORIDADE DO NEGRO AFRICANO

O conceito de racismo

A noção vulgar do racismo anti-africano o identifica como fenômeno apenas de cor de pele. Esse conceito escamoteia sua natureza mais profunda, que reside na tentativa de desarticulação de um grupo humano por meio da negação de sua personalidade coletiva. Reduzir o africano e seus descendentes à condição de “negros” retira-lhes o referencial histórico-cultural e sua identificação com a coletividade a que pertence. Em certo momento, o colonialismo europeu fez questão de identificar os africanos como “negros”, “kaffirs”, e assim por diante, no intuito de desvinculá-los simbolicamente da própria terra.

Essa ideologia racista da inferioridade do negro africano, e, conseqüentemente, dos afro-descendentes, não é uma obra apenas do branco português, mas, sim, de toda Europa, e, também, não é uma construção feita e acabada no período inicial da escravidão, pois tal ideologia se recicla e se “moderniza” à medida que, com o passar do tempo, mudam as conjunturas nacional e internacional.

O papel da Igreja

Quando os primeiros africanos chegaram ao Brasil, a Coroa de Portugal criou uma lei que determinava, no seu primeiro artigo, que todos deveriam ser batizados na religião católica. Caso o batismo não fosse realizado em um prazo de pelo menos cinco anos, as “peças” (como eram tratados os escravizados) deveriam ser vendidas e a importância relativa a essa transação comercial reverteria para a Coroa. Outros artigos importantes dessa lei foram sendo pouco a pouco alterados, de modo que, na verdade, a lei jamais foi cumprida, salvo no que diz respeito ao batismo cristão. Essa legislação atendia, mais do que nada, às relações entre o governo português e a Igreja Católica, e à teologização da Igreja Católica a respeito da África, dos africanos e da escravidão.

A tese de que a África era a terra da maldição é defendida, então, por várias teologias cristãs. O Padre Antonio Vieira, em seus Sermões (XI e XXVII) afirma que “a África é o inferno donde Deus se digna a retirar os condenados para, pelo purgatório da

escravidão nas Américas, finalmente alcançar o paraíso”. O mesmo Padre Antonio Vieira no Sermão XIV do Rosário à irmandade dos pretos de um engenho, elaborado em 1634, ao comentar o texto de São Paulo I Cor 12, 13, o entende no sentido de que os africanos, sendo batizados antes do embarque da África à América, deviam agradecer a Deus por terem escapado da terra natal, onde viviam como pagãos entregues ao poder do diabo. E diz: “Todos os de lá, como vós credes e confessais, vão para o inferno onde queimam e queimarão durante toda eternidade”. Em outro Sermão ainda, Vieira diz que, para ele, o cativo do africano na América não é senão um meio cativo, pois atinge só o corpo. “A alma não está mais cativa, ele se libertou do poder do diabo que governa a África, e o escravo no Brasil deve tentar preservar essa liberdade da alma, para não cair de novo sob o domínio dos poderes que reinam na África”.

Ora, estão aí, como podemos ver, as raízes da ideologia escravista e racista que legitimou a escravidão e a transformou no maior acontecimento, em extensão e tamanho da história de toda humanidade.

Como contestar o racismo anti-africano

Hoje, as comunidades de origem africana nas Américas, e sobretudo na América Latina, sofrem a falta de referência histórica que lhes permita construir uma auto-imagem digna de respeito e auto-estima. Tentando fundamentar essa imagem própria na identidade “negra”, definida de modo geral pelas desgastadas categorias de ritmo, esporte, vestuário e culinária, verificam que o papel da “cultura negra” limita-se à esfera de lúdico, afastando-se a atividade intelectual, científica, política, econômica, técnica e tecnológica como atribuições próprias à sua personalidade. A criança negra tende a não identificar nessas áreas possibilidades de profissionalização ou aspiração para ela, re-produzindo a imagem excludente implícita na versão da história que lhe é passada.

Sem dúvida, a distorção da história africana está entre os maiores responsáveis pela perpetuação da imagem dos “negros” como tribais, primitivos e atrasados. O discurso eurocentrista condena os africanos e seus filhos à condição de objetos e não sujeitos de sua história. Recuperando-se o referencial do protagonismo dos povos africanos, faz-se possível a contestação desse quadro.

UMA VISÃO PANORÂMICA DA ÁFRICA ANTES DA INVASÃO EUROPEIA

Os sistemas de escrita

O academicismo convencional nega à África a sua historicidade, classificando-a como pré-histórica, com base na alegação de que seus povos nunca desenvolveram sis-

temas de escrita. Entretanto os africanos estão entre os primeiros povos a desenvolver a escrita. Além dos hieróglifos egípcios, existem inúmeros sistemas de escrita desenvolvidos por povos africanos antes da invasão muçulmana que introduziu a escrita árabe. Dentre esses vários tipos de sistemas de escrita temos: pictográficos, fonológicos (alfabético ou silábico) e a escrita por meio de objetos.

A organização política

Os Estados políticos africanos, em pleno desenvolvimento durante séculos antes da invasão europeia, chegaram a se constituir em impérios com extensão territorial maior que o romano – era o caso, por exemplo, do Império Mali nos séculos XII a XIV, além de outros centros urbanos caracterizados pela erudição e pela sofisticada organização política de Estados e impérios soberanos como Songai, Gana, Quiloa, Zimbábue, etc. Entretanto, não convém aplicar a esses fenômenos os conceitos extraídos da experiência do império europeu. A descentralização como característica e prática política contrasta nitidamente com o centralismo do Império Romano. Categorias supostamente universais, como “feudal”, também não satisfazem: como falar de um sistema feudal sem feudo? O princípio da propriedade individual da terra não existe na África, onde ela consiste no bem coletivo.

O desenvolvimento tecnológico

O desenvolvimento político africano acompanhava-se por um processo de desenvolvimento tecnológico, menos reconhecido ainda pela história convencional. As tecnologias de mineração e metalurgia, a agricultura e a criação de gado, as ciências, a medicina, a matemática, a engenharia, a astronomia, enfim, todo um cabedal de conhecimento tecnológico e reflexão filosófica caracterizava tanto esses Estados africanos como outras coletividades menores.

A Medicina

O Dr. R. W. Felkin, um cirurgião inglês que visitou em 1879 a região africana que hoje compreende Uganda, testemunhou e registrou uma cesariana feita por médicos do povo banyoro, demonstrando profundo conhecimento dos conceitos e técnicas de assepsia, anestesia, hemostasia, cauterização e outros. Médicos africanos do antigo Egito e de Mali praticavam a remoção de cataratas oculares por meio de cirurgias, e tumores cerebrais eram operados no Egito 4.600 anos atrás.

Historicamente, verifica-se como falsa a idéia que situa o grego Hipócrates como “Pai da Medicina”, responsável até hoje pela convenção do chamado juramento de Hipócrates, enquanto declaração do compromisso profissional do médico. O verdadeiro

pai da medicina foi o cientista e clínico egípcio Imhotep, que quase 3 mil anos antes de Cristo praticava grande parte das técnicas básicas da medicina, conhecendo profundamente, além dos conceitos acima mencionados em relação aos banyoro, a vacinação e a farmacologia.

A Astronomia

Além da medicina, outra área de destaque no elenco do antigo saber africano é a astronomia. No Quênia, em 1978, a equipe de Lynch e Robbins, da Michigan State University, encontrou ao lado do lago Turkana, os restos de um observatório astronômico semelhante a Stonehenge, na Inglaterra. Sua conclusão foi de que a evidência “atesta a complexidade do desenvolvimento cultural pré-histórico na África subsaariana. Sugere fortemente que um sistema de calendário complexo e preciso, baseado nos cálculos astronômicos, foi desenvolvido até o primeiro milênio a.C. na África Oriental”.

Mais impressionante ainda é o conhecimento astronômico dos africanos da nação dogon, na região do antigo Mali, perto da capital universitária de Timbuktu. Os dogon têm uma concepção moderna do universo e um saber extremamente complexo da astronomia. Os sacerdotes-astrônomos dogon conheciam, desde há cinco a sete séculos atrás, o sistema solar, a Via Láctea com sua estrutura espiral, as luas de Júpiter e os anéis de Saturno. Sabiam que “um bilhão de mundos espiralavam no espaço como a circulação do sangue no corpo de Deus”. Sabiam da natureza deserta e infecunda da lua, que diziam ser “seca e morta como sangue seco”.

Muito antes que o Ocidente conseguisse observá-lo com a ajuda de sofisticados aparelhos, os dogon desenvolveram um conhecimento extremamente complexo do pequenino satélite da estrela Sírio, o Sírio B, invisível a olho nu. Denominavam-no Potolo, e desenhavam, com exata precisão, a sua órbita elíptica em torno de Sírio. Projetaram corretamente a sua trajetória até o ano 1990 em desenhos que conferem precisamente com o curso projetado pela astronomia moderna.

Além de todo esse conhecimento, os dogon revelam saber que Sírio B gira uma vez em torno de seu próprio eixo no período de um ano, evento celebrado com o festival chamado *bado*. Até a década de 1970, essa rotação não fora observada pelos astrônomos modernos, que no entanto já haviam confirmado a órbita de 50 anos que os dogon constataram para a sua trajetória em volta de Sírio. Enfim, o conhecimento dos dogon efetivamente ultrapassa em muito aquilo que o mundo ocidental seria capaz de creditar a uma “tribo primitiva”.

A Metalurgia

No campo da metalurgia, há vários exemplos do domínio que os africanos desenvolviam e exerciam, como no exemplo dos haya, povo de fala banto habitante de uma região de Tanzânia perto do lago Vitória. Há mais de 2 mil anos, os haya produziram

aço em fornos que atingiam temperaturas que superavam 200 a 400 graus centígrados a capacidade dos fornos europeus até o século XIX. O antropólogo historiador Peter Schmit, da Brown University, estudou durante nove anos o fenômeno. Junto com os haya, chegou a reproduzir fisicamente a antiga tecnologia de fundição, a partir da tradição oral guardada pelos anciãos, capaz de resgatar e reconstituir as técnicas de engenharia dos antigos.

A Engenharia e a Matemática

Outro exemplo da tecnologia aplicada na África antiga encontra-se nas ruínas de Monomapatá, cidade-estado e fortaleza no antigo reino e hoje país Zimbábue. Capital de um império que durou 300 anos, a construção de Monomatapa significa uma verdadeira façanha de engenharia, encerrando uma cidade murada de 10 mil habitantes. O muro, de 250 metros de extensão e 15 mil toneladas de granito, tem dois metros de espessura, sendo que cada metro de sua extensão contém 4.500 blocos de granito. Coerentes com a atitude clássica do eurocentrismo, “historiadores” e estudiosos atribuíram sua construção a povos exógenos à África, e até a extraterrestres, no vão esforço de negar que o grande Zimbábue tivesse sido construído por africanos negros.

Na matemática, há um volume enorme de conhecimentos africanos. Sem mencionar as pirâmides egípcias, cuja construção exigiu o desenvolvimento de um conhecimento avançadíssimo de matemática, geometria e engenharia (capaz de projetar, 2.700 anos antes de Cristo, ângulos com 0,07° de precisão), podemos citar o sistema yorubá de matemática, baseado, como outros da África, em múltiplos de 20.

Como apagaram as conquistas dos povos africanos

Por que tantas conquistas ficaram sem registro, prevalecendo a imagem do africano selvagem, atrasado e ignorante? Vários fatores, além da pura falsificação eurocêntrica, contribuem para esse fato:

O primeiro está no próprio holocausto: prosseguiu durante séculos a devastação dos centros civilizatórios africanos onde esse desenvolvimento acontecia, e o seqüestro para o cativo de enormes contingentes de sua juventude criadora, elemento responsável pela sua continuidade. Destruídos os centros de desenvolvimento, pouco restou para ser observado. O roubo puro e simples dos bens culturais e intelectuais da África aconteceu durante mais séculos ainda. Os sucessivos saques e incêndios da biblioteca de Alexandria por gregos e macedônios, para não falar dos romanos, abrangem séculos de devastação. Não ficam atrás os constantes seqüestros de bens artísticos, símbolos do poder político, da ciência e da religião na África, levados para museus europeus.

Um agravante desse fator se encontra no material de que eram feitos esses bens, quase sempre perecível. Os hieróglifos, por exemplo, eram grafados em papiro, em nítido contraste com a escrita cuneiforme da antiga Suméria ou Babilônia, registrada em pedra ou barro, materiais duráveis.

O segundo fator na perpetuação dessa imagem é a fascinação dos estudiosos europeus, sobretudo os antropólogos, pelo exótico. O enfoque antropológico, embora em suas mais nobres expressões tente respeitar o meio cultural estudado, detém-se em geral numa visão estática, localizando um grupo numa conjuntura e fixando-o como se estivesse preso para sempre à condição em que foi estudado. Esse enfoque, além de realçar o primitivo, obscurece os processos dinâmicos de fluxo e mudança que sempre caracterizaram a história africana. Palco de uma movimentação constante em busca de novos espaços, rotas comerciais, intercâmbio e comunicação internacional, a África nunca se reduziu ao viveiro de povos isolados, perdidos na selva e ocupados com pesca e caça, que o enfoque antropológico acabou retratando. No século XII, por exemplo, estados da África Oriental mandavam ouro e elefantes à China em embarcações muito mais sofisticadas que a caravela utilizada pelos portugueses, três séculos mais tarde, na sua acidental chegada às Américas.

O terceiro fator é que a história africana convencional foi escrita com base em documentos exógenos. Desde o tempo de Ibn Khaldun, quando se inicia essa história segundo o critério do registro escrito, o documento estudado pelo historiador tem sido o documento do invasor ou colonizador. A tradição oral africana foi excluída até muito recentemente como fonte histórica. As próprias línguas africanas são reduzidas até hoje, e muito comumente no Brasil, à condição de “dialetos”.

Esses fatores resultam naquilo que se aceita como história da África, em distorções tão constantemente reproduzidas que acumulam a força de verdades absolutas. Os registros de Ibn Khaldun e seus colegas islâmicos ignoram, por exemplo, a resistência protagonizada por povos africanos como berberes, tuaregues, shilluk, azande e nuer, que defenderam com unhas e dentes seus territórios e suas culturas contra a dominação muçulmana. Da mesma forma, a história da África do século XV até o presente tem sido escrita a partir dos documentos deixados por invasores e colonizadores europeus. Apenas recentemente, com trabalho de Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Ivan Van Sertima, Basil Davidson e outros, inicia-se um processo de revisão dessa história convencional distorcida e ainda dominante no imaginário e na concepção populares sobre a África.

COMO SE DEU O TRÁFICO NEGREIRO

O Brasil recebeu da África algo em torno de 18 milhões de africanos, segundo Artur Ramos. Historiadores afirmam que nas caravelas de Martin Afonso de Souza (1530-1532) vieram os primeiros, e, com certeza, o carregamento inicial que inaugura o tráfico negreiro é realizado em 1538, sob o comando de Jorge Lopes Bixorda.

Para se entender (e não justificar) como se deu essa transação comercial em que o africano passa a ser considerado como “peça”, precisamos nos reportar, em primeiro lugar, ao continente africano no século XV, com suas centenas de povos em seus devidos territórios, com línguas, culturas, religiões e organizações políticas diferentes, e, por isso mesmo, em constantes conflitos e guerras donde resultava o aprisionamento,

pelas nações vencedoras, dos guerreiros ou simples habitantes das nações derrotadas naquelas contendas.

São esses prisioneiros de guerra, que serão transformados em “peças”, e, que alguns historiadores insistem em denominá-los de escravos, levando-nos a imaginar equivocadamente que na África havia uma escravidão tal qual o modelo implantado pelos europeus aqui nas Américas.

Em segundo lugar, precisamos ver a Europa, que nesse mesmo período vive a fase de expansão marítima e de invasões de “novas” terras, e onde dava-se, também, o embrionário início de uma nova ordem econômica – a denominada era do capitalismo industrial, liderada pela Inglaterra.

Por outro lado, na América, recentemente invadida, os grandes latifúndios exigiam a cada dia mais braços para o trabalho na lavoura, sem falar nos garimpos de minas de ouro e pedras preciosas. Diga-se de passagem que toda essa riqueza gerada no Brasil (colônia) era destinada a Portugal (metrópole).

Esse, portanto, é o cenário ideal e o estímulo para o desenvolvimento vertiginoso do tráfico negreiro que surge como a principal estratégia para geração de grandes lucros e acumulação de capital, o que não era possível com a escravidão indígena – que no Brasil ainda assim sobreviveu por quase 200 anos.

As mercadorias européias (geralmente bugigangas) levadas por navios europeus fabricados na Inglaterra, eram trocadas na costa da África por prisioneiros de guerra africanos. Isso dava-se com a conivência de diversos chefes africanos que, ainda admitindo-se não saberem concretamente a que fim miserável e cruel se destinavam aqueles irmãos, foram co-participantes ativos desse hediondo crime de lesa-humanidade.

Assim, lugares inexpressivos como Londres e Liverpool, com o advento do tráfico, alçaram-se em poucas décadas à categoria de grandes cidades. E toda Europa, graças a esse capital gerado pela venda e desterro de milhões de africanos, tornou-se até os dias atuais um continente rico e poderoso. Enquanto isso, o continente africano foi literalmente dizimado, constituindo-se ainda hoje numa das regiões com a existência dos maiores bolsões de fome e miséria do mundo atual.

A LUTA E RESISTÊNCIA DOS AFRICANOS E AFRO-DESCENDENTES NO BRASIL

O que era comum entre os africanos trazidos para o Brasil

Os negros trazidos da África para o Brasil pertenciam a diversas culturas. Pesquisadores como Artur Ramos, citado por Bastide, dividiam esse contingente em quatro grupos:

- **Sudaneses** - correspondem aos negros trazidos da Nigéria, do Daomé e da Costa do Ouro. São os yorubá, os ewe, os fon e os fanti-ashanti (chamados minas), krumanos, agni, zema e timini.

- **Civilizações islamizadas** - especialmente representadas pelos peuls, mandingas, haussá, tapa, bornu e gurunsi.
- **Civilizações bantas do grupo angola-congolês** - representadas pelos ambundas (cassangues, bangalas, dembos) de Angola, congos ou cabindas do atual Congo e os benguelas.
- **Civilizações bantas da Contra-Costa** - representados pelos moçambiques (macuas e angicos).

Pelo tráfico negreiro chegaram ao Brasil milhões de africanos na condição de escravizados que foram espalhados de norte a sul da colônia. Provenientes de vários pontos da África, muitas vezes não falavam a mesma língua. Havia guerdados entre si, pertencendo a diferentes nações e cultuavam as divindades de suas tradições, diferentes também uma das outras. Em comum tinham apenas a condição social de escravizados, o aviltamento decorrente dessa situação e cosmovisões de matriz comum que definiam suas relações sociais e as contextualizavam. Assim, os africanos trouxeram consigo sua RELIGIOSIDADE – principal alvo dos ataques dos opressores, e um dos principais elementos da resistência dos afro-brasileiros.

Perseguição à cultura e às religiões de origem africana

Primeiros europeus a escravizar africanos, os portugueses desenvolveram toda uma “ciência” da dominação, alicerçada em fundamentos amplamente encontráveis sobretudo nos textos da autoria de sacerdotes, mas também em documentos oficiais. Neles se percebe a preocupação com a cultura africana, que deveria ser destruída, quando necessário, ou domesticada, sempre que possível. A religião, ponto focal da identidade dos africanos e seus descendentes, sempre ocupou um papel central nas preocupações desses políticos e intelectuais, incansáveis nas suas tentativas de suprimi-la ou cooptá-la. Vejamos, por exemplo o conteúdo de duas leis da “Coleção das Leis, Decretos e Resoluções” da Província do Maranhão, no período entre 1835-1889.

“Fora dos logares, que pela auctoridade competente forem marcados, ficão prohibidos os batuques, cantorias, e danças de pretos. Aos contraventores cinco dias de prisão, e dez na reincidência”.

Lei nº 225/1846.

“Toda a pessoa, que arrogar a si o poder imaginário de curar feitiço... a que o vulgo dá o título de Pagés ...

Será multada em trinta mil reis, e o dobro na reincidência com quinze dias de prisão”.

Lei nº. 224/1846

A rebeldia negra: assassinatos, fugas, insurreições e quilombos

Querem alguns historiadores “românticos” nos fazer crer que todo o aparato repressivo do sistema escravista – repleto de terríveis crueldades – era fruto única e exclusivamente da maldade individual dos poderosos senhores brancos contra os passivos e sofredores negros. Esse quadro seria ideal para uma novela piegas, mas não condiz com a verdade histórica.

A sistemática repressão exercida pelos colonizadores portugueses foi uma consequência direta da rebeldia de africanos e afro-descendentes durante todo período que perdurou a escravidão. Essa rebeldia vai se manifestar quer nos casos de abortos provocados pelas negras escravizadas, para não verem seus filhos submetidos da mesma forma ao jugo dos senhores, quer nos inúmeros suicídios, maneira desesperada de fugir das torturas.

Além desses extremos, vamos presenciar durante os quase 4 séculos de escravidão um volume cada vez mais crescente de assassinatos de feitores e senhores pelos negros nos canaviais, ou pelas negras nas casas-grandes – elas amiudemente usavam a técnica do envenenamento através da comida. Concomitantemente, aconteciam as massivas fugas das fazendas que redundavam, algumas vezes, em espetaculares insurreições como foi a de Viana, no Maranhão (1867), e em geral, na formação de quilombos como o de Palmares, em Alagoas (1594-1694) e os do Maranhão, como o de Turiaçu (sobre o qual Perdígão Malheiro¹⁸ escrevia em 1866 ter sido o que mais teria durado após o Quilombo de Palmares), o de Limoeiro (de pelo menos 1854 a 1878) e o de Lagoa Amarela (1839 a 1840) de onde Cosme Bento das Chagas saiu liderando 3 mil quilombolas em armas para participar da Guerra da Balaiada, e milhares de outros.

Os quilombos encontraram terreno fértil para germinar próximos aos engenhos, fazendas e minas auríferas. No cenário rural, onde estavam concentradas as massas de trabalhadores, se desenrolam sucessivas rebeliões, fugas e formações de quilombos – a mais expressiva luta dos escravizados contra a escravidão. Não apenas negando o modelo de sociedade escravocrata, mas apontando e construindo uma sociedade alternativa de caráter comunitário, não excludente (em diversos quilombos temos referências de

¹⁸ PERDIGÃO MALHEIRO. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. v. 2. 3 ed. Petrópolis, Vozes/INL. 1976 (1 ed. 1866). p. 36.

presenças de índios e brancos empobrecidos), e na qual a terra, a exemplo das sociedades africanas, consistia num bem coletivo.

Essas formas de luta e organização, que foram numerosíssimas, se espalharam de norte a sul do país, constituíram-se, por conseguinte, numa violenta reação ao não menos violento regime escravista. No entanto, como os sujeitos desse capítulo são os próprios escravizados, que, abandonando uma posição de subordinação, passam à ação, as pesquisas e a divulgação de uma crescente literatura afirmando a importância dessas lutas contrárias ao sistema ainda sofrem o boicote do visceral e silencioso racismo brasileiro.

A saga dos afro-brasileiros X racismo

A histórica luta do negro brasileiro contra o racismo, nasce com a própria instituição da escravidão negra neste país e continua após a abolição com o surgimento da imprensa negra (1910), da Frente Negra Brasileira (1930), do Teatro Experimental do Negro (1946) e do Movimento Negro atual (década de 70) estando aí incluído o Centro de Cultura Negra do Maranhão (1979); isso sem falar da resistência das diversas manifestações culturais e religiosas de origem africana, bem como das comunidades negras rurais, em quase todo o território brasileiro.

Transcrevemos a seguir trecho do discurso no Senado Federal, em agosto de 1997, do então Senador Abdias Nascimento:

“Desenvolvida desde a chegada a estas terras dos primeiros africanos escravizados, a luta dos afro-brasileiros por igualdade e justiça é uma saga de crueldade e revolta, sofrimento e redenção, que se estende pela História deste país e se confunde com a luta pela liberdade do povo brasileiro. Maioria absoluta da população nos tempos da Colônia e do Império, e ainda maioria neste final de milênio – apesar das tentativas de embranquecer o Brasil estimulando-se a imigração européia – os africanos e seus descendentes têm sido desde sempre os verdadeiros responsáveis pela construção deste país. Em troca, o que sempre recebemos foi a discriminação, a humilhação e o desprezo, edulcorados por uma ideologia terrível na sua capacidade de amortecer a consciência dos oprimidos e subjugados: o mito da “democracia racial”, instrumento que se revelou extraordinariamente eficaz em manter os negros no lugar de subalternidade absoluta em uma socie-

dade que, apesar de multirracial e pluriétnica, apresenta níveis de desigualdade mais elevados do que nações até recentemente caracterizadas pela prática do racismo oficial.”

Por isso, mulheres negras e homens negros como Abdias Nascimento, Benedita da Silva e Mundinha Araújo, entre centenas de outras e outros, além das entidades do Movimento Negro, são exemplos de verdadeiras trincheiras na luta anti-racista, que sempre colocaram seus estudos, conhecimentos, sabedoria, competência, organização e poder em prol da emancipação da comunidade afro-brasileira – num constante caminhar em busca de nossa identidade, dignidade e plena cidadania.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ACONTECEU ESPECIAL. n. 17. (Povos indígenas no Brasil - 85/86) São Paulo. CEDI. 1986. p. 233-236.
- ANGELO, Cláudio. Eldorado de barro. In: SUPER INTERESSANTE ESPECIAL. n. 8. São Paulo, Abril, abr/99.
- ARAÚJO, Mundinha. *Insurreição de escravos em Viana - 1867*. São Luís, SIOGE, 1994.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. *O negro e o índio na Legislação do Maranhão Provincial*. Pesq. Manoel de Jesus Martins - São Luís: SIOGE, 1992.
- BARTOLOMÉ, Miguel A. La identidad residencial en Mesoamérica. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 91. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1993.
- BENCINI, Roberta & ALENCAR, Marcelo. A saga dos velhos brasileiros. In: NOVA ESCOLA. ano XIV, nº 121. São Paulo, Fundação Victor Civita. abr/99.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *A violência contra os povos indígenas no Brasil: 1994-1995*. Brasília. CIMI. 1996. 106 p.
- FONSECA, Celene. O descobrimento que não houve. In: A TARDE. Salvador. 01-04-97. p. 06.
- _____. Nós não falamos a língua dos lusitanos. In: A TARDE. Salvador. 20-11-97. p. 08.
- NASCIMENTO, Abdias. Pela dignidade do afrodescendente (discurso proferido no Senado Federal em 07 de agosto de 1997). In: THOTH: ESCRIBA DOS DEUSES. Informe de distribuição restrita do Senador Abdias Nascimento. n. 2. Brasília, Gabinete do Senador Abdias Nascimento. 1997.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. As civilizações africanas no mundo antigo. In: THOTH: ESCRIBA DOS DEUSES. Informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. n. 3. Brasília, Gabinete do Senador Abdias Nascimento. 1997.
- _____. Sankofa: resgatando a cultura afro-brasileira. (Um dos textos básicos do Curso de Extensão Universitária Conscientização da Cultura Afro-Brasileira, realizado pelo Ipeafro, de 1984 a 1995, na PUC-SP e na UERJ). In: THOTH: ESCRIBA DOS DEUSES. Informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. n. 1. Brasília, Gabinete do Senador Abdias Nascimento. 1997.

NOVA ESCOLA; a revista do ensino fundamental. ano XIV. n. 121. São Paulo. Fundação Victor Civita. abr/99.

PERDIGÃO MALHEIRO. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. v. 2. 3. ed. Petrópolis, Vozes/INL. 1976 (1 ed. 1866).

RAMOS, Alcida R. *O papel político das epidemias: o caso Yanomami*. Série Antropologia. n. 153. Brasília, UnB. 1993.

RIBAS, José Tadeu de Paula. Exu da libertação. Conferência realizada no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo em 5 de abril de 1997. In: THOTH: ESCRIBA DOS DEUSES. Informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. n. 1. Brasília, Gabinete do Senador Abdias Nascimento. 1997.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História do negro no Brasil*. Aulas proferidas por ocasião da IV Semana do Negro no Maranhão realizada em São Luís no período de 9 a 13 de maio de 1983. São Luís, Centro de Cultura Negra do Maranhão. 1985. 96 p.

SILVA, Dimas Salustiano da. Considerações jurídicas. In: Projeto Vida de Negro. *Frechal terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista*. Col. Negro Cosme. V. 1. São Luís, SMDH/CCN. 1996.

SUPER INTERESSANTE. n. 8. São Paulo, Abril, abr/99.

TERENA, Marcos. *O cientista e a limpeza étnica*. In: FOLHA DE SÃO PAULO. 31-8-94

THOTH – PENSAMENTO DOS POVOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES. Informe de distribuição restrita do Senador Abdias Nascimento/Abdias Nascimento, nº 1 e 2 (1997) - Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1997.

PUBLICAÇÃO

Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN
(XX Semana do Negro no Maranhão)

COLABORADORES

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH
Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão - ACONERUQ

APOIO

EZE/CESE (BA)

Fundação FORD (RJ)

Coleção Negro Cosme

Informações e pedidos:

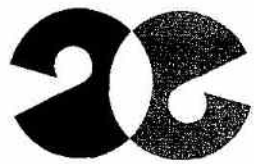
SMDH Fone: (098)231-1601

CCN Fax: (098)231-1897

Fone/Fax: (098)243-9707

São Luís - Maranhão - Brasil

Mai/1999



Estação Produções Ltda.
Publicidade • Gráfica • Bureau de Fotelto

236-9177